

Aplicação a curto prazo deverá ter juros menores

Agência Folha

SÃO PAULO — O novo Governo vai manter a política de juros altos, porém não no nível atual de taxas reais. Haverá redução dos juros para aplicações no curtíssimo prazo, de modo a incentivar o alongamento natural dos títulos da dívida pública, comentou ontem o economista Luiz Eduardo de Assis, um dos membros da equipe de trabalho de Zélia Cardoso de Mello. Ele disse que as propostas em estudos "não são recessivas por princípio", mas acentuou que todo programa de ajuste exige algum grau de retração econômica.

— É ingenuidade pensar que cresceremos este ano na média histórica de 8% — afirmou Assis, que cancelou a reunião de economistas agendada para ontem em São Paulo devido à ausência de Zélia, que não pôde sair sábado de Roma por problemas no avião.

Eduardo de Assis afirmou que somente depois do ajuste fiscal e da reforma administrativa é que o novo



Economista Luiz Eduardo Assis

Governo mexerá com preços e salários, remetendo para uma segunda etapa o problema da desindexação. Confirmou que se estuda no progra-

ma fiscal corte de custeio e de pessoal com a redução para 12 no número de Ministérios e citou que outra fonte de aumento de receita da União será o combate à sonegação.

Segundo Eduardo de Assis, o aumento da tributação direta, como o Imposto de Renda, esbarra no princípio da anualidade, e por isso a alternativa será reestruturar o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Outro economista da equipe, Pedro Bara Neto, disse que, neste caso, poderão ser criadas alíquotas intermeditárias de IPI.

Eduardo de Assis também afirmou que Collor e Zélia pediram urgência à equipe de trabalho no detalhamento de uma reforma administrativa e da política monetária. Duas das propostas nesse sentido são a manutenção dos juros positivos e a vinculação ao Presidente da República da Secretaria da Administração, já que este será o órgão responsável pelo andamento da máquina estatal.